

Impactos do turismo em meio rural. Reflexões a partir de Portugal

Luís Silva
CRIA-FCSH/NOVA, Portugal
luis.silva98@gmail.com

in: Vanda da Silva e Renato do Carmo, eds., 2013. *Mundo Rural: Mito ou Realidade?*
São Paulo: Annablume, 295-313; ISBN 978-85-391-0499-4;
-- cite a versão publicada, s.f.f. --

Introdução

Especialmente nas duas últimas décadas, assiste-se em Portugal à implementação de programas e medidas de desenvolvimento local em meio rural favoráveis ao crescimento do sector turístico, muitos dos quais com financiamento da União Europeia. Esses programas e medidas promovem e subvencionam a mercantilização de uma panóplia de recursos endógenos, entre os quais hospitalidade, gastronomia, paisagens, monumentos históricos, aldeias e sítios arqueológicos. O argumento é que o turismo é uma instância susceptível de revitalizar as estruturas sociais e económicas das áreas mais desfavorecidas, onde se incluem as áreas rurais do interior do país.

O papel do turismo enquanto instrumento de desenvolvimento local em meio rural tem sido amplamente debatido em fóruns, congressos e publicações nacionais e internacionais. O debate académico tem sido marcado por duas tendências diametralmente opostas, aqui designadas por *idealista* e *crítica*. A perspectiva *idealista*, mais costumeira, advoga o potencial e as benfeitorias do turismo no almejado desenvolvimento social e económico das populações rurais, sem atender aos contextos de implantação e ao devido suporte empírico (Capucha, 1996; Gannon, 1994; Gonçalves, 2010; Greffe, 1994; Leal, 2001; Lane, 1994; Pearce, 1990; Pintassilgo e Teixeira, 1998); é uma perspectiva que contribui para aquilo que Manuela Ribeiro (2003: 54) designa por “ideologia do turismo”. A perspectiva *crítica*, por seu lado, destaca as limitações do turismo na revitalização das áreas rurais, com base em estudos empiricamente sustentados (Balabanian, 1999; Cavaco, 1999a; 1999b; Joaquim, 1999; Nilsson, 2002; Silva, 2009a; 2010; Valcárcel Riveiro e Santos Solla, 2005 [1997]; Whelan, 1991).

Este texto visa contribuir para esse debate, mediante o estudo de caso das “Aldeias Históricas de Portugal”, rede turística criada por um programa de desenvolvimento local em meio rural, intitulado *Programa de Recuperação de Aldeias Históricas de Portugal* (1994).¹ Na prossecução deste objectivo, analisam-se os impactos do programa nas povoações beneficiárias, particularmente em termos físicos, económicos e socioculturais. Aqui se inclui necessariamente o turismo. Verificar-se-á que os casos em estudo não são homogéneos, mas existem constantes. Entre essas constantes está uma frustração de expectativas quanto à rentabilidade económica do turismo.

Os dados apresentados foram coligidos no âmbito de um estudo realizado em 2008 e 2009. A informação foi recolhida através de registo etnográfico, entrevistas abertas e pesquisa bibliográfica e documental. O estudo compreende duas estratégias de pesquisa e duas escalas de observação complementares. Por um lado, realizou-se uma

¹ Agradeço à FCT a bolsa de investigação que tornou possível este trabalho (SFRH/BPD/34229/2006).

pesquisa extensiva em todas as povoações, nos respectivos municípios e nos organismos ligados à concepção e implementação do programa nos planos nacional, regional e local. Por outro lado, efectuou-se uma pesquisa intensiva durante cerca de quatro meses em três povoações seleccionadas para o efeito, a saber, Belmonte, Castelo Rodrigo e Sortelha. A escolha das povoações foi feita com a preocupação de estudar contextos com uma boa implementação do sector turístico, ofertas dissimilares e dimensões variadas. Houve ainda a preocupação de estudar povoações que entraram para a rede das Aldeias Históricas em fases distintas – Castelo Rodrigo e Sortelha na primeira fase, Belmonte na segunda.

Programa e lugares

O *Programa de Recuperação de Aldeias Históricas de Portugal* corresponde a mais um daqueles casos em que o Estado pensa e executa medidas de governação dos cidadãos inclusos nos seus limites territoriais. Trata-se de uma decisão política e técnica, que não considera os pontos de vista das populações locais – como disse um habitante com cerca de 70 anos, “quando fomos chamados para ouvir os das Aldeias Históricas já estava tudo decidido”. O programa foi concebido e desenvolvido por vários organismos da administração pública portuguesa, nomeadamente a Secretaria de Estado da Cultura, a Secretaria de Estado do Turismo, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e a antiga Comissão de Coordenação da Região Centro – actual Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) –, que teve o papel de coordenação.

Os propósitos eram combater o “enfraquecimento da capacidade produtiva”, o “envelhecimento” das populações e a “desertificação” de várias povoações do interior do país ricas em património histórico e arquitectónico, através do turismo cultural (*Programa de Recuperação de Aldeias Históricas de Portugal*, 1994; PPDR, 1995). Inspirada em modelos aplicados noutros países desde 1980, como a França, a ideia passava por inserir as povoações no mercado turístico global, mediante a mercantilização dos seus patrimónios históricos edificados. Aqui se incluem elementos de arquitectura militar, religiosa e doméstica, como castelos, igrejas e habitações.

O programa foi implementado entre 1994 e 2006, em colaboração com as entidades governamentais então encarregues da conservação histórica em Portugal, a saber o Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) e a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN).² O projecto teve ainda o contributo de autarquias, do Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores (INATEL), de juntas de freguesia e de agentes privados. Contudo, os habitantes só tiveram participação activa no projecto quando se estendeu às habitações e quando procuraram apoios para a criação de negócios (com um investimento inferior a 100 000 mil euros).

Numa primeira fase, o programa abrangeu dez povoações da região Centro, a maioria das quais situadas em redor da Serra da Estrela, nos distritos da Guarda e Castelo Branco (ver Fig. 1). Estas povoações são Almeida, Castelo Mendo (Almeida), Castelo Novo (Fundão), Castelo Rodrigo (Figueira de Castelo Rodrigo), Idanha-a-Velha (Idanha-a-Nova), Linhares da Beira (Celorico da Beira), Marialva (Meda), Monsanto (Idanha-a-Nova), Piódão (Arganil) e Sortelha (Sabugal).

² Estes dois organismos públicos desapareceram em 2007, aquando da criação do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR) (Decreto-lei nº96/2007, de 29-03-2007).

Fig. 1 – Distritos da Guarda e Castelo Branco, Portugal



A selecção dessas povoações foi justificada pela entidade coordenadora do programa de acordo com vários parâmetros, designadamente “existência de património arquitectónico, arqueológico ou ambiental classificado”; “unidade formal do tecido urbano e construído”; “interesse histórico-cultural”; “integração em percursos turísticos ou culturais temáticos”; “índice de desertificação”; e “carência de infra-estruturas turísticas” (*Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal...*, 1994: 5).

As localidades têm em comum o facto de serem pequenas localidades, com povoamento concentrado. Todas estão relacionadas com arquitectura militar, à excepção do Piódão. Elas estiveram envolvidas na defesa do território nacional desde o século XIII até ao século XVII, período das Guerras de Restauração da independência de Portugal (1640-1668), e durante as Invasões Francesas (1807-1814). É esse o principal motivo da indicação programática de que estamos perante lugares estreitamente associados ao “nosso passado comum”, à “nossa História” e à “nossa memória colectiva” (*Programa de Recuperação...*, 1994: 5; PPDR, 1995). Por outro lado, são todas sedes de freguesia, a mais pequena entidade administrativa de carácter territorial em Portugal, exceptuando Almeida, que é sede de concelho. Mas muitas foram sede de concelho até ao século XIX, como Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto e Sortelha.

Em concomitância, a maioria registaram um crescimento demográfico praticamente contínuo entre meados do século XIX e meados do século XX. Esta situação viria a alterar-se na segunda metade do século XX, devido ao êxodo rural, à guerra colonial e à crise do modelo económico baseado no sector primário. Em consequência, em finais do século XX, a maior parte das povoações apresentava índices elevados de desertificação e abandono, especialmente nos centros históricos. O edificado estava em mau estado de conservação e muitas casas não tinham condições mínimas de habitabilidade. As populações residentes eram escassas em número e de idade avançada (*Programa de Recuperação...*, 1994). Os meios de vida da maioria incluíam transferências provenientes do pagamento de pensões e reformas, juros de poupanças e uma pequena agricultura familiar. Um grande número de habitantes tinham tido experiências de vida e trabalho noutros pontos do país e do estrangeiro, com

destaque para as antigas colónias portuguesas em África e para França. Outrossim, quase todas as localidades tinham monumentos históricos classificados, como castelos, pelourinhos e igrejas; as povoações de Castelo Mendo e Piódão estavam classificadas como “imóvel de interesse público”.³ Algumas possuíam infraestruturas turísticas e eram pontos de referência no panorama turístico rural em Portugal nos princípios da década de 1990, entre as quais Almeida, Sortelha e Monsanto – considerada “Aldeia mais portuguesa de Portugal” em 1938 –, enquanto outras não, como Castelo Rodrigo, Marialva e Idanha-a-Velha.

Em 2003, o programa estendeu-se a duas outras localidades: Belmonte e Trancoso, ambas no distrito da Guarda. Segundo Isabel Boura, principal figura do projecto, da CCDRC, isso deveu-se à existência de um compromisso entre o Estado português e a União Europeia. Por razões de “contenção orçamental” e para “não vulgarizar o produto”, entretanto, a rede ficou apenas com doze aglomerados populacionais, em vez dos quinze inicialmente previstos. A escolha das povoações deveu-se a dois factores principais: (i) por terem valências históricas e arquitectónicas similares às das primeiras dez Aldeias Históricas de Portugal; e (ii) por terem mais serviços e necessitarem de menos investimento em equipamentos e infraestruturas turísticas.⁴

A administração pública pretendia usar os recursos históricos e arquitectónicos das povoações no sentido de as converter em atracções turísticas. Para o efeito, no total, investiu cerca de 44 milhões de euros, maioritariamente provenientes do FEDER. Esse montante foi distribuído de forma desigual pelas povoações, em razão do número e tipo de projectos desenvolvidos. Por exemplo, Almeida, Linhares da Beira e Piódão beneficiaram de mais de cinco milhões de euros de investimento, enquanto Castelo Mendo, Castelo Novo e Monsanto beneficiaram de menos de dois milhões de euros de investimento (Boura, 2002).⁵ Belmonte e Trancoso, por sua vez, terão beneficiado de cerca de 2,5 milhões de euros cada. Nas primeiras dez povoações, as rubricas em que se investiu foram as seguintes: infraestruturas básicas, arranjos urbanísticos, monumentos históricos, recuperação exterior de habitações e outros imóveis, equipamentos turísticos, actividades de animação turística, divulgação e publicidade. Nas restantes duas povoações, investiu-se na requalificação urbana do centro histórico e dos monumentos, bem como na criação de produtos turísticos, como o Centro Interpretativo “À Descoberta do Novo Mundo” em Belmonte.

Impactos locais

O estudo que ora proponho requer uma explicação prévia. Por um lado, o programa não constitui o único factor de mudança nas povoações, nem o turismo que visa promover. Contudo, é possível isolar algumas repercussões directas e indirectas. Por outro lado, o

³ Esta é uma das três categorias de classificação do património cultural em Portugal. Um bem considera-se de “interesse público” quando a respectiva protecção e valorização representa um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de protecção inerente à categoria de “interesse nacional” é considerado desproporcionado.

⁴ Essas localidades foram seleccionadas em detrimento das aldeias de Santar (Nelas) e Algodres (Fornos de Algodres), assim como do conjunto de aldeias Alfaiates / Vilar Maior (Sabugal), facto que gerou indignação junto dos autarcas de Fornos de Algodres e do Sabugal por terem sido escolhidas duas *vilas* em vez de *aldeias*, conforme notícia o jornal regional *O Interior*, em 22 de Junho de 2003.

⁵ Os investimentos atribuídos ao programa ao longo deste texto são retirados desta fonte – que não contém os valores gastos entre meados de 2002 e finais de 2006 – e de uma lista de projectos amavelmente cedida por Isabel Boura, bem como das pesquisas de campo.

estudo foi feito mediante a segmentação artificial de níveis de análise que na realidade sociais encontram-se fundidos (Mathieson e Wall, 1982: 3). Assim, propõe-se uma leitura dos impactos do programa inspirada nas sugestões de Agustín Santana (1997) relativamente ao turismo. O autor defende que o estudo dos impactos do turismo deve incluir três categorias:

“A) Impacto económico. Custos e benefícios resultantes do desenvolvimento e uso de bens e serviços turísticos.

B) Impacto físico. Alterações no espaço e no meio ambiente.

C) Impacto social e cultural. Alterações na estrutura colectiva e forma de vida dos residentes nas áreas de destino, incluindo as repercussões ao nível das relações interpessoais” (Santana, 1997: 69).

É com base nessa indicação que aqui analiso os impactos físicos e socioculturais do programa e do turismo. A exposição contempla necessariamente a caracterização do turismo e dos turistas, na medida em que são variáveis condicionantes dos impactos locais (Greenwood, 1977: 129; Santana, 2003: 3). Outro aspecto a ter em conta é o contexto socioeconómico local (Pearce, 1992: 23-24).

Impactos físicos

A marca mais visível do programa das Aldeias Históricas nas povoações encontra-se no espaço físico. A desejada conversão dos lugares em atracções turísticas arrastou processos de apropriação e encenação dos espaços urbanos, em moldes que prefiguram a criação de “espaços de representação” (Lefebvre, 1994 [1974]) do passado e da ruralidade. Esses processos começaram por incidir sobre os monumentos históricos. Na rede das Aldeias Históricas de Portugal existem vários imóveis classificados, nomeadamente 14 “de interesse nacional”, 22 “de interesse público” e 2 “de interesse municipal”. Aqui se incluem castelos, muralhas, pelourinhos, edifícios religiosos e conjuntos urbanos, assim como uma janela manuelina, uma necrópole e uma *lagareta* ou *lagariça*.⁶ No âmbito do programa, muitos desses imóveis foram conservados ou restaurados, consoante o caso. Por exemplo, as ruínas das igrejas de Santa Maria do Castelo em Castelo Mendo e de Santa Rita em Sortelha foram conservadas, enquanto o Picadeiro d’el Rei em Almeida foi restaurado. Paralelamente, uns foram adaptados a novas funções, com destaque para museus e postos de turismo; outros, diferentemente, foram exclusivamente destinados à fruição turística (Silva, 2009b).

Posteriormente, assistiu-se também à conservação das fachadas e coberturas da maioria das habitações e outras propriedades urbanas privadas incluídas nas áreas classificadas, à excepção de Belmonte e Trancoso.⁷ Em casos pontuais, as habitações são representativas da arquitectura erudita de matriz rural, designadamente casas solarengas. Na maioria dos casos, porém, as habitações representam a arquitectura popular de matriz rural. Em todos os casos, a obra foi feita com o propósito expresso de recuperar o edificado e corrigir as “dissonâncias arquitectónicas”, isto é, corrigir as anomalias representadas pelo novo e espúrio. Em muitos casos, a pedra das fachadas foi posta à vista, mediante a remoção de rebocos e tintas ou cal. Noutros, porém, foram os

⁶ Estes bens, cuja protecção testemunha o alargamento da noção de património analisado por Lowenthal (1998), são maioritariamente titulados pelo Estado e pela Igreja, embora alguns pertençam a municípios, freguesias e privados.

⁷ Nos casos de Almeida, Belmonte, Marialva, Sortelha e Trancoso só os centros históricos é que foram intervencionados. Em meados de 2002, o programa tinha subvencionado 700 intervenções em fachadas e coberturas (Boura, 2002).

proprietários das casas que impuseram a descoberta da pedra das fachadas, retirando cal e reboco de fachadas em casos em que tal não devia acontecer segundo os arquitectos, que aqui passaram a desempenhar o papel de árbitros do gosto. A intervenção passou também pela remoção dos alegados elementos modernos das fachadas, como caleiras, estendais de roupa e alumínio. Ao mesmo tempo, promoveu-se a colocação de novas coberturas e de portas e janelas exteriores em madeira. Por seu lado, o faseamento dos trabalhos, a prioridade dada aos imóveis situados nos principais arruamentos, local de passagem dos turistas, e a posterior falta de verbas fizeram com que fossem recuperados imóveis desabitados e sem uso, incluindo casas e palheiros, sem intervir em todos os que estão habitados.

Visualmente, regista-se também o desaparecimento das redes eléctricas e de comunicações, que foram enterradas para aumentar a autenticidade da representação do passado – muitas vezes medieval –, no sentido da “credibilidade mimética” (Bruner, 1994). Os arruamentos foram calcetados e os espaços públicos alindados. As povoações passaram ainda a ter mais sinalética e mobiliário urbano, como bancos, papeleiras e caixotes de lixo. Outrossim, alguns habitantes colocam canteiros de flores junto às suas casas e trepadeiras nas fachadas; são apropriações do espaço aplaudidas pelos responsáveis pela conservação histórica, diferentemente das outras.

Em resumo, o espaço físico das povoações foi requalificado e alindado, tornando-se mais aprazível para residentes e visitantes, como de resto uns e outros observam com alguma constância. Mas há dois pontos que aqui cumpre destacar. Em primeiro lugar, não se sabe quem irá garantir a manutenção dos espaços físicos recuperados a expensas do programa, especialmente no que concerne aos edifícios privados que estão ao abandono e sem uso, cujos telhados já começaram a ceder. Em segundo lugar, as condições de habitação da maioria dos residentes não foram melhoradas. Por um lado, na maioria dos casos, as telhas dos novos telhados caem e partem com facilidade, permitindo infiltrações. Por outro lado, a madeira das portas e janelas exteriores empena em pouco tempo e não garante o necessário isolamento térmico. Os habitantes de distintas localidades atribuem a culpa aos dos donos de obra, sobretudo às autarquias, por não terem feito o devido acompanhamento e fiscalização dos trabalhos.

Para além disso, o programa não deu apoios para a realização de benfeitorias no interior das casas, nem tampouco para a fusão de imóveis, tendo em vista a ampliação dos espaços disponíveis, que normalmente são exíguos. A maior parte das casas são pequenas e feitas em pedra, normalmente granito. Acresce que a disposição interna da maioria delas não cumpre os requisitos físicos e sociais de uma família moderna, como abundância de luz natural, quartos individuais e casas de banho suficientemente amplas. Com efeito, o programa só interveio no interior das habitações para demolir ou para criar espaços de vocação turística – alojamento, restauração, lojas de artesanato e velharias, etc. Conclui-se assim que houve mais preocupações com a imagem estética do espaço edificado do que com a sua habitabilidade.

Impactos socioculturais

Diferentemente dos restantes, os impactos socioculturais são os que incidem sobre as pessoas, incluindo residentes e turistas. Aqui debruçar-me-ei exclusivamente sobre as mudanças operadas nas populações residentes. Na prossecução desse propósito terei em conta o modelo de impactos proposto por Agustín Santana (1997). O autor distingue dez tipos de impactos socioculturais: (i) sobre a comunidade; (ii) sobre as relações interpessoais; (iii) sobre a organização social; (iv) sobre o ritmo da vida social; (v) sobre a migração; (vi) sobre a divisão do trabalho; (vii) sobre o tipo de ocupação; (viii) sobre

a estratificação social; (ix) sobre a distribuição de poder; (x) sobre os costumes e a arte (*idem*, 91).

Seguindo este modelo, o primeiro aspecto a salientar é que as populações passaram a constar do mercado turístico global, atraindo anualmente milhares de visitantes. De acordo com os registos dos postos de turismo, em 2009 Almeida e Sortelha registaram mais de 60 000 visitantes, Castelo Rodrigo mais de 40 000, Castelo Novo e Monsanto mais de 20 000, e as restantes povoações mais de 12 000 cada. A grande maioria desses visitantes são portugueses; os espanhóis ocupam lugar de relevo entre os estrangeiros, muito por causa da proximidade geográfica. Os fluxos turísticos não são constantes e oscilam entre uma baixa procura diária e uma intensa procura pontual. Durante a semana, o número de visitantes tende a ser escasso ou inexistente. Aos fins-de-semana, o número de visitantes chega a atingir algumas centenas. É nas épocas festivas (Carnaval, Páscoa, Natal e fim de ano) e no Verão, especialmente em Agosto, que a procura é mais intensa.

Os visitantes formam um grupo heterogéneo de “turistas culturais” (Smith, 1977: 2; Pereiro Pérez, 2009: 108, 120), com diferentes escalões etários, estratos socioeconómicos, motivações e modalidades de visita. Há grupos escolares, turismo sénior, grupos de amigos, famílias, namorados, entre outros. O tempo de visita também é desigual, oscilando entre dez minutos e algumas, poucas noites. A grande maioria deles são turistas de passagem, movidos pela intenção de relaxar e romper com a vida quotidiana. Localmente, fazem um consumo turístico predominantemente visual (Urry, 1995; 2002 [1990]), percorrendo mais ou menos rapidamente a povoação a ver, fotografar e/ou a filmar as suas atracções e vistas; vão embora em busca de novas atracções e experiências de carácter hedonístico e recreativo quando, nas suas palavras, “já está tudo visto”. O impacto económico da maioria dos visitantes *in situ* não é avultado, em razão dos seus fracos poderes de compra e poucos consumos.

Paralelamente, os residentes acostumaram-se à presença temporária de turistas, desenvolvendo uma “cultura de contacto” (Santana, 1997: 62-63). A presença de turistas não tende a ser objecto de oposição entre os habitantes, nem fonte de desagrado, pelo contrário. Especialmente nas aldeias, os habitantes exprimem até satisfação por ter quem ver e com quem trocar algumas palavras (de circunstância). Agrada-lhes também que a povoação onde residem seja objecto de fascínio, admiração e valoração positiva entre os visitantes. Só não gostam de ser vistos como se fossem “bichos num de jardim zoológico” por turistas que lhes tiram fotografias sem pedir autorização e que invadem a privacidade dos espaços domésticos espreitando pelas janelas e entrando, caso as portas estejam abertas – o museu do Piódão tem uma maquete com o interior de uma habitação tradicional miniaturizada (e idealizada) justamente para obviar essa invasão de privacidade doméstica. As relações entre visitantes e visitados são normalmente efémeras e instrumentais, ocorrendo em função da recolha de informações ou de uma qualquer transacção comercial (Silva, 2007). Outrossim, os turistas passaram a ser o parceiro colectivo preferencial para a representação das identidades colectivas locais.

Outrossim, uma parcela mais ou menos reduzida de habitantes, entre 1 e 22 por cento, têm no turismo uma ocupação complementar e uma fonte de rendimento suplementar para as suas economias domésticas. Aqui se incluem actividades e receitas de comércio, serviços de vocação turísticas, artesanato e produtos caseiros. O turismo beneficia principalmente as famílias com mais elevado estatuto social e económico, que é quem tem dinheiro e capital cultural para investir numa economia de serviços.⁸

⁸ Sobre as relações entre capital cultural e capital económico, ver Canclini (1982).

Acresce que o passado tornou-se mais presente no quotidiano das populações em termos de história, património e tradição. Por um lado, esses recursos passaram a constar das narrativas de identidade local produzidas por quem interage nas povoações: residentes, técnicos de turismo e de conservação histórica, visitantes, entre outros. Muitos habitantes passaram a designar a povoação de residência como “histórica”. Não dizem que vivem numa “Aldeia Histórica”, porque entendem que a designação “aldeia” desprestigia a povoação, mas antes “Vila Histórica”. Por outro lado, muitos habitantes passaram a conhecer, com maior ou menor profundidade, a narrativa histórica oficial da povoação de residência e dos monumentos nela localizados e a reproduzi-la aos visitantes. Surgiu também um novo repertório de intervenção no espaço, decorrente do novo estatuto jurídico e administrativo das povoações. As normas de conservação histórica são muito restritivas quanto a alterações no tamanho e na estética dos edifícios situados nas áreas classificadas, inclusivamente no que diz respeito à arquitectura doméstica. O repertório de conservação histórica conflitua com o da maioria dos residentes devido à existência de distintas concepções de tempo e espaço. Para os burocratas, os espaços domésticos são monumentos que cumpre fazer durar nas suas formas e imagem estética idealizadas. Para os residentes, sobretudo os que não vivem do turismo, diferentemente, as casas são espaços dinâmicos que cumpre continuar a transformar de acordo com as necessidades e possibilidades do presente.

Essa diferença pode ser entendida à luz das ideias sugeridas por Kirshenblatt-Gimblett (1998) acerca dos processos de patrimonialização. Esses processos conferem aos artefactos “uma segunda vida” enquanto património, uma vida como exposição ou exibição de si próprios. Esgotada a sua função inicial – a primeira vida –, adquirem novo valor e funções enquanto testemunho daquilo que deixaram de ser. Nos museus e noutros destinos turísticos, as duas vidas dos artefactos patrimonializados sucedem-se entre si. No caso da arquitectura doméstica aqui em análise, porém, a segunda vida é simultânea à primeira vida. Isso favorece o aparecimento de tensões entre organismos de conservação histórica e residentes. Em várias localidades, os residentes voltaram a por caleiras e estendais de roupa nas fachadas de suas casas, porque são úteis à habitação, primeira vida dos espaços domésticos. Entre os que têm dinheiro para tal, também houve quem substituísse portas e janelas exteriores em madeira por outras de alumínio lacrado, mais apropriadas para o almejado isolamento térmico no dia-a-dia. Outros viram ainda frustradas as intenções de aumentar o pé direito de sótãos ou fazer um piso adicional no sentido de aumentar o número de quartos, por vezes para acomodar as famílias dos filhos quando vêm de visita.

As entidades encarregues de garantir o protecção arquitectónica são as autarquias de afectação das povoações, a CCDRC e, sobretudo, o IGESPAR. Elas não têm fiscais e só actuam quando os seus funcionários vêem uma situação anómala ou quando há denúncia. Nessas circunstâncias, o procedimento usual é a multa dos prevaricadores, mas também há casos de embargo de obras – no entanto, isso tem sido feito raramente. A demolição não tende a ocorrer, pois, como dizem os habitantes, “o que já está construído, não pode ser desconstruído”.

Culturalmente, o turismo traduz-se em algumas povoações (Almeida, Belmonte, Monsanto, Piódão e Sortelha) na revitalização de artesanato e, sobretudo, na transformação de artesanato utilitário em artesanato decorativo e recordatório, vulgarmente designado por *souvenir*. O caso dos objectos de *bracejo* em Sortelha ilustra essa transformação. No passado, depois de cozido com casca de silva ou *junça*, utilizava-se para acamar o gado nas cortes e para fabricar réstias ou estrados, vassouras e, ocasionalmente, chapéus. Em meados do século XX essas utilizações caíram em desuso, tendo sido retomadas nos anos de 1980 para o turismo, por iniciativa da Viscondessa de

São Sebastião, então a principal agente de promoção turística de Sortelha. O *bracejo* passou então a ser cozido com ráfia para elaborar novos objectos, que não têm uma função utilitária, mas sim decorativa, como os cestos miniaturizados.

Cabe aqui também referir o aparecimento de eventos de animação turístico-cultural, parte delas com periodicidade anual. Aqui se incluem a recriação histórica do cerco de Almeida e as feiras medievais de Belmonte, Castelo Mendo e Trancoso. Fazem ainda parte deste leque de eventos o festival de parapente em Linhares da Beira, a caminhada pela História em Belmonte, a feira da pecuária em Castelo Rodrigo e o festival de folclore e o Iberfolk em Sortelha. Os eventos são organizados principalmente pelas autarquias e, em menor medida, pelas associações locais e de desenvolvimento local.

Normalmente, os membros das populações locais aderem à festa e assistem aos espectáculos. Contudo, não as investem de grandes significados que não sejam de cunho recreativo. As atenções estão principalmente centradas nas festividades que eles próprios organizam. Aqui se incluem as festas de Nossa Senhora de Fátima em Castelo Mendo, as festas de Nossa Senhora do Rosário em Castelo Rodrigo e as festas de Santo Antão em Sortelha, entre outras. E mesmo assim têm tido dificuldades em ter “festeiros”, indivíduos que se encarregam da organização do evento, especialmente dos componentes mundanos. Em 2009, a festa do Senhor da Misericórdia em Castelo Novo só teve componente religiosa por esse motivo; o mesmo esteve prestes a acontecer com a festa de Nossa Senhora do Rosário em Castelo Rodrigo. Em Monsanto, há o caso de uma festa da população local convertida em atracção turística, nomeadamente a festa da Senhora do Castelo. Nos últimos anos, esta tem vindo a incluir uma feira medieval e espectáculos de recriação histórica. Entretanto, desconheço se os processos de mercantilização destruíram os significados que os habitantes lhe atribuem, como sucedeu com o *Alarde* em Fuenterrabia, no País Basco (Greenwood, 1978).

Em Belmonte, a mercantilização da cultura pela via do turismo aumentou exponencialmente a visibilidade do judaísmo. É conhecida a perseguição a que foram submetidos os judeus em Portugal e em Espanha entre os séculos XV e XX. Para além do secretismo, os judeus de Belmonte lograram resistir a essas perseguições graças ao comportamento endogâmico, à centralidade da família na cadeia de transmissão da religião e à distância social para com os não judeus (Garcia, 2000: 17-18, 176). As coisas começaram a mudar em finais da década de 1980, sobretudo com a criação da *Comunidade Judaica de Belmonte* em 1989 – actualmente com cerca de 120 membros – e a construção da sinagoga em 1996. Desde 2006, a comunidade cobra uma pequena quantia (2,5 euros) aos turistas que querem visitar o templo, onde vende produtos de *merchandising*, incluindo vinho kosher, pão ázimo e pins. A venda do judaísmo foi desencadeada pela abertura do museu judaico em 2005, por iniciativa da autarquia. Os judeus de Belmonte só lamentam o facto de tirarem poucos benefícios económicos do turismo, que beneficia principalmente a empresa municipal, através da cobrança de entradas nos museus e da correlata venda de *merchandising*. Essa é uma opinião partilhada pela maioria dos residentes, para quem os seis museus existentes na povoação não servem os interesses dos habitantes, na medida em que não criam o necessário emprego.⁹ Os judeus não têm criado negócios turísticos talvez por causa da novidade e incerteza da actividade, quando comparada com a secular actividade comercial. Eles não estão sequer implicados na indústria kosher, cujos produtos são elaborados noutros pontos do país e do estrangeiro. Por exemplo, o vinho kosher é feito na Covilhã,

⁹ A população sofre uma crise de emprego gerada pelo colapso da indústria de confecções, que nas décadas de 1970 e 1980 ocupou cerca de 3 000 operários (Garcia, 2000: 23)

enquanto os doces e marmeladas kosher são feitos em Trancoso; o pão ázimo vem de Israel. À superfície das minhas observações, a visibilidade do judaísmo não tem implicado o esbater da distância social entre os membros da comunidade judaica local e o resto da população.

Socialmente, assistiu-se em muitas povoações ao crescimento de uma classe de serviços. As mulheres ocupam um lugar de relevo no âmbito circunscrito, como tende a ocorrer no turismo em geral e no turismo em meio rural em particular (Lane, 1994: 11).¹⁰ Isso acontece ao nível do empresariado e, sobretudo, ao nível do funcionalismo e da produção e venda de artesanato e produtos alimentares caseiros. Outro impacto social em muitas povoações, sobretudo nas aldeias, foi o desencadear ou acentuar de um processo de nobilitação, especialmente nos centros históricos. Aqui predominam cidadãos que instalaram residências secundárias, uns deles com origens nas próprias povoações, outros sem vínculo prévio às mesmas. Mas também há indivíduos que regressaram às povoações a fim de tirar dividendos do turismo, sobretudo os que já lá possuíam propriedades urbanas. Outros, diferentemente, instalaram-se pela primeira vez nas povoações na condição de empresários turísticos. Neste ponto, o turismo foi ainda pretexto para o aparecimento de algumas tensões entre os habitantes, que entraram em querelas e deixaram de se falar por motivos de concorrência. Mas também surgiram alianças entre moradores. A inflação do mercado imobiliário, que numa primeira fase aumentou os rendimentos dos titulares que as alienaram, apresenta-se agora como um obstáculo à reprodução social das populações locais, uma vez que quase força os poucos recém-casados à neo-localidade. Uma pequena casa só com paredes exteriores chega a custar 25 000 euros, aos quais há que adicionar milhares de euros requeridos para as devidas adaptações. Em Castelo Rodrigo, conheci três jovens casais que foram viver para outras povoações precisamente por esse motivo.

Globalmente, o programa não conseguiu cumprir o objectivo da fixação das populações locais, nem inverter a tendência para a desertificação das povoações. Estas têm cada vez menos habitantes, sobretudo nos centros históricos. O centro histórico de Sortelha, por exemplo, tem apenas meia dúzia de residentes permanentes, a maior parte dos quais com mais de 65 anos. É certo que algumas povoações têm agora novos residentes, sobretudo temporários. Contudo, não são em número suficiente para compensar a perda de efectivos populacionais decorrente do continuado êxodo rural e de uma taxa de crescimento demográfico negativa, na qual o número de óbitos é muito superior ao de nascimentos. A figura 2 ilustra essa situação, mediante o cotejo das populações residentes nas dez primeiras Aldeias Históricas em 1991 e 2001, com base nos respectivos Recenseamentos Gerais da População. De acordo com a mesma fonte, Belmonte passou de 3046 residentes em 1991 para 2301 em 2001, enquanto Trancoso passou de 1838 para 2209 habitantes. Os dados disponíveis para 2009 mostram que essa tendência de decréscimo populacional mantém-se em muitas aldeias. Entre essas aldeias estão Castelo Mendo e Idanha-a-Velha, onde o número de habitantes baixou da casa do 70 para os 60. Em Castelo Rodrigo e Sortelha, diferentemente, registou-se um ligeiro aumento: de 82 para 88 no primeiro caso e de 237 para 255 em Sortelha.

Fig. 2 – População residente nas primeiras dez Aldeias Históricas

Povoação	Nº de habitantes em 1991	Nº de habitantes em 2001
Almeida	1459	1317
Castelo Mendo	99	76
Castelo Novo	223	168
Castelo Rodrigo	127	82

¹⁰ A excepção a essa regra encontra-se em Sparrer (2005).

Idanha-a-Velha	93	79
Linhares da Beira	207	198
Marialva	326	261
Monsanto	196	128
Píódão	76	58
Sortelha	243	237

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Atualmente, na totalidade das povoações, mas sobretudo nas aldeias, muitos habitantes continuam a viver de transferências de pagamentos de pensões e reformas e/ou de juros de poupanças, complementadas com um pequena agricultura de subsistência. O desemprego continua a afectar uma parte significativa da população em idade activa. Os vencimentos dos empregados no turismo raramente ultrapassam o salário mínimo nacional, sensivelmente 500 euros. O acesso a cuidados médicos é, na maior parte dos casos, deficitário, não havendo centros de saúde e farmácias. As escolas permanecem encerradas em várias povoações e os serviços públicos de transporte são tendencialmente escassos. Não surpreende, por isso, que muitos residentes observem aos turistas que valoram positivamente as suas povoações de residência – “você dizem isso porque não moram cá!”

Notas finais

O programa das Aldeias Históricas de Portugal destinava-se a revitalizar as estruturas sociais e económicas de doze povoações do interior do país, através do turismo cultural. O presente estudo acerca dos impactos locais do programa mostra que esses objectivos estão longe de ser cumpridos, embora existam nuances. Em termos económicos, só uma pequena parte dos habitantes retiram dividendos do sector, em percentagens que oscilam entre 1 e 22 por cento. Em termos sociais, as localidades continuam a sofrer de envelhecimento e desertificação populacional, especialmente nos centros históricos. O reduzido impacto do turismo na revitalização socioeconómica das povoações deve-se a vários factores: escassez e envelhecimento populacionais; fraca iniciativa empresarial, falta de exclusividade e concorrência com destinos similares; e reduzido poder de compra da maioria dos visitantes.

Os dados apresentados neste texto, juntamente com os que oferecem outros estudos *críticos* do turismo, servem para repensar as medidas públicas de combate aos efeitos indesejados do processo de desagrarização do país iniciado em meados do século XX. Esse combate não pode ser preferencial e quase exclusivamente feito mediante a transformação de todos os espaços rurais em espaços turísticos e de lazer. Isso conduz a uma standardização de produtos e a uma situação de sobre oferta, como decorre da “epidémica” multiplicação de aldeias típicas – Aldeias da Saudade, Aldeias de Xisto, Aldeias de Água, Aldeias Históricas... –, unidades de turismo em espaço rural, museus locais e mostras de artesanato e produtos regionais pelo território nacional. Numa altura em que a propagada competitividade dita o subdesenvolvimento do sector agrícola em muitos países do Sul da Europa, não se compreende a ausência de critério na criação universal de lugares turísticos em zonas rurais.

Estarão os espaços rurais desses países condenados a ser *espaços produzidos* para um mercado citadino nostálgico de ruralidade, natureza e autenticidade, em lugar de *espaços de produção* (Figueiredo, 2003)? O renovado papel simbólico dos campos enquanto suporte de identidades nacionais justifica milhões de euros de investimento público em estratégias de alcance limitado em termos de desenvolvimento socioeconómico das áreas rurais (Silva, 2009a: 167-168)? Creio que não. “Depende”

afigura-se-me a resposta mais avisada para a pergunta “é o turismo um instrumento de desenvolvimento local em meio rural”? Depende do contexto social e económico das áreas em que é implantado; depende do tipo de turismo que se pretende desenvolver; e depende do tipo de turistas que se conseguem atrair.

5. Referências

ATELIER 15. Notas sobre a intervenção em Idanha-a-Velha. *Estudos/Património*, nº2, p. 164-181, 2002.

BALABANIAN, O. Le tourism vert: défi ou utopie?. In: *Desenvolvimento Rural – Desafio e Utopia*. Organizado por Carminda Cavaco. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, p. 255-262, 1999.

BOURA, I. (ed.) *Aldeias Históricas de Portugal. Um património com futuro*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 2002.

BRUNER, E. Abraham Lincoln as authentic reproduction: a critique of Postmodernism. *American Anthropologist*, 96 (2), p. 397-415, 1994.

CANCLINI, N. G., 1982, *Las Culturas Populares en el Capitalismo*, editorial Nueva Imagen.

CAPUCHA, L. Fazer render o belo. Questões à volta por turismo e do desenvolvimento em zonas rurais recuadas. *Sociologia Problemas e Práticas*, 21, p. 29-46, 1996.

CAVACO, C. O mundo rural português: desafios e futuros. In: *Desenvolvimento Rural – Desafio e Utopia*. Organizado por Carminda Cavaco. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, p. 135-148, 1999a.

CAVACO, C. O turismo rural nas políticas de desenvolvimento do turismo em Portugal. In: *Desenvolvimento Rural – Desafio e Utopia*. Organizado por Carminda Cavaco. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, p. 281-292, 1999b.

CCRC. *Programa das Aldeias Históricas de Portugal*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1999.

FIGUEIREDO, E. Quantas mais “aldeias típicas” conseguimos suportar? Algumas reflexões a propósito do turismo como instrumento de desenvolvimento local em meio rural. In: *TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais*. Organizado por Orlando Simões e Artur Cristóvão. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra, p. 65-81, 2003.

GANNON, A. 1994 Rural tourism as a factor in rural community economic development for economies in transition, *Journal of Sustainable Tourism*, 2 (1): 51-60.

GARCIA, M. *Os Judeus de Belmonte. Os Caminhos da Memória*. Lisboa: Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões, Universidade Nova de Lisboa, 2000.

GONÇALVES, A. 2010 Inovação e tradição no turismo em espaço rural – O programa de recuperação das aldeias históricas. In: *Turismo Cultural: Territórios e Identidades*. Organizado por Maria da Graça Santos, Porto, Afrontamento, pp. 317-326, 2010.

GREFFE, X. 1994 Is rural tourism a lever for economic and social development?, *Journal of Sustainable Tourism* 2 (1): 22–40.

GREENWOOD, D. Culture by the pound: an anthropological perspective on tourism as cultural commoditization. In: *Hosts and Guests. The Anthropology of Tourism*. Organizado por Valène Smith. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, p. 129-138, 1977.

JOAQUIM, G. 1999. Turismo e mundo rural: que sustentabilidade? In: *Desenvolvimento Rural – Desafio e Utopia*. Organizado por Carminda Cavaco. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, 305-312.

KIRSHENBLATT-GIMBLETT, B. *Destination Culture. Tourism, Museums, and Heritage*. Berkeley: University of California Press, 1998.

LANE, B. Sustainable rural tourism strategies: a tool for development and conservation. *Journal of Sustainable Tourism*, 2 (1), p. 102-111, 1994.

LEAL, C. *O Turismo Rural e a União Europeia. Uma realidade em Expansão. Guia prático de Investimento*. Coimbra: Almedina, 2001.

LEFEBVRE, H. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell, 1994 (1974).

LOWENTHAL, D. *The Heritage Crusade and the Spoils of History*. Cambridge: CUP, 1998.

MATHIESON, A.; WALL, G. *Tourism – Economic, Physical and Social Impacts*. New York: Longman Group Limited, 1982.

NILSSON, P. Â. 2002. Staying on farms, an ideological background, *Annals of Tourism Research*, 29 (1): 7-24.

PEARCE, PL 1990. Farm tourism in New Zealand: a social situation analysis, *Annals of Tourism Research*, 17 (3): 337-352.

PEARCE, D. Alternative tourism: concepts, classifications, and questions. In: *Tourism Alternatives*. Organizado por Valène Smith e William Eadington. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, p. 15-30, 1992.

PEREIRO PÉREZ, X. *Turismo cultural. Uma visão antropológica*. La Laguna: Pasos, 2009. Disponível em <http://www.pasosonline.org/Paginas/e-book_2.htm>. Acesso em: 15 Agosto, 2009.

PINTASSILGO, J.; TEIXEIRA, M. A. (eds.), 1998, *Turismo. Horizontes Alternativos*, Lisboa, Colibri.

PPDR. *Intervenção. Aldeias Históricas de Portugal. Beira Interior. Plano das Aldeias*. Lisboa: Programa de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional, 1995.

Programa de Recuperação de Aldeias Históricas de Portugal. Acção Piloto de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional. Lisboa: Ministério do Planeamento e Administração do Território & Ministério do Comércio e Turismo, 1994.

RIBEIRO, M. Pelo turismo é que vamos/poderemos ir (?). Sobre as representações e as visões dos responsáveis das administrações públicas de âmbito local, acerca do turismo para o desenvolvimento local. In: *TERN: Turismo em espaços rurais e naturais*. Organizado por Orlando Simões e Artur Cristóvão. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra, p. 41–56, 2003.

SANTANA, A. *Antropología y turismo. Nuevas hordas, viejas culturas?*, Barcelona: Ariel, 1997.

SANTANA, A. Patrimonios culturales y turistas: unos leen lo que otros miran. *Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 1 (1): 1-12, 2003. Disponível em <<http://www.pasosonline.org/Publicados/1103/PS010103.pdf>>. Acesso em: 12 Outubro, 2010.

SILVA, L. Sortelha e Monsaraz: estudo de caso de dois lugares turísticos no interior de Portugal. *Análise Social*, vol. XLII (184), p. 853-874, 2007. Disponível em <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218644767X7xIE8fa6Ss61NW7.pdf>> Acesso em: 20 Outubro, 2010.

SILVA, L. *Casas no Campo. Etnografia do Turismo Rural em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009a.

SILVA, L. Heritage building in the ‘Historic Villages of Portugal’: social processes, practices, and agents. *Journal of Ethnology and Folkloristics*, Vol.3 (2): 75-91, 2009b.

SILVA, L. Perspectiva antropológica do turismo de habitação em Portugal. *Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, Vol.8 (1): 31-46, 2010. Disponível em <http://www.pasosonline.org/Publicados/8110/PS0110_3.pdf>. Acesso em: 25 Outubro, 2010.

SIMÕES, O.; CRISTÓVÃO, A. *TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais*. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra, 2003.

SMITH, V. Introduction. In: *Hosts and Guests. The Anthropology of Tourism*. Organizado por Valène Smith. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, p. 1-14, 1977.

SPARRER, M. *Turismo no espazo rural e desenvolvemento. Estudo comparativo da provincia da Caruña e o Landkreis Wittmund*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 2005.

URRY, J., *Consuming Places*, London, Routledge, 1995.

URRY, J. *The Tourist Gaze*. London: Sage, 2002 (1990).

VALCÁRCEL RIVEIRO, C.; SANTOS SOLLA, X. Turismo rural, lingua e desenvolvemento local. In: *Espacios rurais e sociedades campestres*. Coordinado por Maria Torres Luna; Rubén Lois González; Pegerto Saavedra Fernández. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, pp. 79-106, 2005 (1997).

WHELAN, T. Ecotourism and its role in sustainable development. In: *Nature tourism: managing for the environment*. Editado por Tensie Whelan. Island Press: Washington, DC, pp. 3–22, 1991.